

AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS JOVENS FRENTE À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA

Valmira Maria de Amariz Coelho Cruz
Especialista em Gestão Escolar (UFRPE).

Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Doutora em Educação (UNICAMP). Mestre em Metodologia de Educação (UNICAMP).

Frederico Fonseca da Silva
Doutor em Produção Vegetal (UEM). Mestre em Agronomia (UEM).

Resumo: O presente trabalho faz uma abordagem teórica e empírica sobre as perspectivas de futuro dos jovens, das escolas públicas do país, frente à Educação Profissional Integrada. A abordagem teórica reflete, de forma argumentativa e reflexiva, o pensamento de vários autores. A abordagem empírica delimitou o tema em pauta, mensurando-o a um percentual de alunos que compõem a escola de Referência em Ensino Médio Professor Carlos Frederico do Rêgo Maciel. Fez-se um estudo investigativo utilizando a pesquisa como instrumento de análise da relação entre os jovens, a escola, o futuro e o trabalho, cujos resultados evidenciaram a credibilidade dos jovens na Educação Profissional Integrada, muito embora a maioria não tenha a intenção de trocar o ensino do curso regular pelo da Educação Profissional.

Palavras Chaves: Futuro. Jovem. Trabalho.

THE YOUTH'S PERSPECTIVES OF THE FUTURE IN RELATION TO THE INTEGRATED PROFESSIONAL EDUCATION

ABSTRACT: The present study develops a theoretic and empiric approach of the Youth's Perspectives about the future and the country's public schools, in relation to the Integrated Professional Education. The theoretic approach reflects, in an argumentative and reflexive way, various authors' thoughts. The empiric approach delineates the topic in steps, measuring it by a student percentile that composes the Carlos Frederico do Rêgo Maciel Reference Middle School. An investigating study was made utilizing the research as an analysis instrument between the youth, the school, the future and work, in which the results give evidence of the youth's credibility in the Integrated Professional Education, even though, the majority does not have the intention of exchanging the regular education course for the Professional Education.

Key words: Future. Youth. Work.

1 Introdução

Este trabalho visa uma abordagem teórica, reflexiva e investigativa aos jovens oriundos de famílias de baixa renda, estudantes das escolas públicas, sobre suas perspectivas de futuro, frente à educação profissional integrada e seu ingresso no mundo do trabalho. Os dados apontam para o decréscimo de matrículas no ensino médio como um grave problema da política pública do ensino brasileiro. Por consequência, existe a escassez de mão de obra

qualificada, fato que implica modos de produção do capital e causa preocupação à ideologia dominante em nosso país.

Diante desse quadro, buscam-se evidências que traduzam o modo de pensar e agir desses jovens frente ao futuro, em um mundo cada vez mais excludente e globalmente instável. Pois o aumento significativo de jovens fora da escola e do sistema produtivo é um grito de alerta para os setores públicos responsáveis por esse tipo de ensino.

Para caracterizar esse trabalho, foram inquiridos, educandos da Escola de Referência em Ensino Médio Professor Carlos Frederico do Rêgo Maciel - Camaragibe (PE), no que diz respeito a seu cotidiano – vida afetiva, atitudes, práticas, qualidade de vida e outros aspectos que afetam a motivação, a permanência e a conclusão dos estudos. São consideradas as características socioculturais, os valores sociais, os indicadores socioeconômicos e modelos de comportamento que possam desmotivá-los na tarefa de estudar, bem como o tipo de relação desses jovens, entre si e com os outros.

Os dados obtidos serão analisados sob a luz do entendimento de vários autores, nos contextos educação, trabalho, globalização e ideologia, em busca de respostas que possam respaldar, nortear e elucidar as questões levantadas no presente estudo.

2 Desenvolvimento

2.1 Pensar no futuro

O “pensar no futuro” faz parte da história do homem e é inerente aos seres humanos. Desde os primórdios da humanidade, o homem apresentava preocupação com o depois (o amanhã, o “futuro”). O que difere são as expectativas, os projetos de vida e o projeto de futuro, que se moldam aos padrões socioculturais da globalização e à ideologia política dominante, vigente no atual contexto histórico nacional e internacional. O homem como ser pensante, opõe-se às ideologias em que predominam os interesses do capital, suscitando pensamentos contraditórios às ideias mistificadoras da globalização e o surgimento de ideários humanitários, como o acesso de todos os homens ao alimento, à educação, à arte, à tecnologia, ao trabalho (PEREIRA, 2011).

Dessa forma, geram-se conflitos socioculturais que vêm a interferir, conjuntamente com as ideias

É nesse cenário de conflitos ideológicos que se veem os jovens, diante de dilemas que afetam profundamente o seu “**olhar para o futuro**”. Esse quadro mostra o perfil de jovens afetados pela desigualdade social e pelo fator competitivo e seletivo do mundo contemporâneo. Suas nuances retratam jovens sem acesso à educação, sem capital cultural e financeiro para competir com jovens de outras classes sociais no mercado seletivo do mundo do trabalho, jovens que, sob o jugo de ações governamentais mal direcionadas, esperam a oportunidade de ter a educação profissional como meta em seus anseios. Estes são fatores que incidem - contundentemente - na evasão escolar.

Nesse contexto, tornam-se evidentes os problemas da educação brasileira. Problemas que vão desde a existência de estruturas físicas inadequadas, perpassam por conteúdos curriculares destoantes da realidade do educando e culminam com uma formação deficitária dos docentes responsáveis pelo ensino de milhões de jovens partícipes do futuro do país.

Pensar no futuro é um processo que parte do todo ideológico para a parte pensante do indivíduo. Implica necessariamente - em um espaço temporal – em formar pensamentos partindo-se do **real**, perpassando pelo imaginário, até alcançar o **real** idealizado, prospectado e constituído dentro de uma abstração pessoal, através da convergência das ideologias dominantes.

2.2 A escola pública frente às perspectivas de futuro dos jovens

Talvez, em poucos momentos da história do Brasil, a educação tenha tido o destaque que tem hoje. Sob a égide da Constituição brasileira, a educação é um direito social conforme o Art.6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988)¹.

¹ Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das

ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS-Câmpus Porto Alegre, Porto Alegre, v.1 n.1, p. 57-72, jan./jun. 2014.

Esse dispositivo sinaliza para uma participação dos indivíduos que ultrapasse a moradia, a família e a escola, possibilitando-os atuar como sujeitos ativos, detentores de direitos e deveres, na construção e manutenção da sociedade a qual pertencem.

Em concordância com o acima referido, os direitos dos pressupostos “cidadãos” estão atrelados ao processo de educação, fator determinante para a real inserção do sujeito, em seu “*todo*”, na sociedade, para a aquisição da cidadania e a apreensão de uma cultura de paz. Como bem afirma Alves e outros (2009), “[...] a formação ou educação humana é um processo de socialização do indivíduo e é a partir dela que ele se torna membro da sociedade [...]”.

No processo “educação”, o indivíduo interioriza as normas, valores, comportamentos e a cultura do contexto social no qual está inserido. Pressupõe-se que desenvolva comportamentos adequados à sociedade, garantindo a harmonia da convivência social, o que só acontece, sub-repticiamente, sob a ótica de uma ideologia social, política e economicamente dominante.

Sob esse prisma, aparecem a **escola** e a **família** como **instituições que promovem a socialização dos indivíduos**. Nesse contexto, entende-se que a formação inicial da criança deve ocorrer no seio da família. Esta, principal agente de socialização e mantenedora emocional, física, cultural e afetiva do ‘novo indivíduo’, exerce um papel tão importante na formação deste futuro jovem trabalhador que é considerada por muitos estudiosos como a célula da sociedade (MOLD, 2008)

Se a família é participante ativa da vida da criança, dela poderá evoluir um indivíduo emocionalmente preparado. Essa participação promove um relacionamento carinhoso, confiável e de maturação emocional, possibilitando transpor as dificuldades e superar os conflitos emocionais decorrentes da maturidade. Em caso contrário (carência afetiva, ausência dos valores corretos, falta de limites...), se a *família* se omite, desenvolve indivíduos despreparados

emocional e culturalmente, indivíduos desprovidos de quaisquer referências. A afirmação do educador Costa², vem reiterar essa argumentação:

A partir do momento em que as crianças ficam soltas na comunidade e entregues às diversões eletrônicas, há uma perda de referência em relação aos valores considerados importantes para o desenvolvimento de uma base sólida.

O Artº 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) diz que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Em sua redação, o termo **família** tem posição secundária ao termo Estado, o que não acontece no título II, do art. 1º da LDB. Neste, a redação do artigo é alterada para “a educação é dever da família e do Estado”, o termo **família** antecede ao termo **Estado**, evidenciando a importância dessa “célula da sociedade” na formação do futuro cidadão. É incontestável o papel da família como o alicerce em que se desenvolve toda a parte afetiva, moral, ética, social e cultural do indivíduo em uma relatividade temporal com o contexto no qual está inserido. A socialização do pequeno ser se processa quando as crianças descobrem a necessidade de agir de acordo com as regras sociais já existentes.

Segundo Estil (2011), “crianças sem base afetiva estável carregam consigo medos e incertezas sobre suas possibilidades de aprender, que se manifestam como vínculos negativos com a aprendizagem”.

Na formação do futuro cidadão, escola é o palco onde se dá todo o processo de educação sistematizada. Detém o papel de repasse dos conhecimentos científicos, do desenvolvimento cognitivo, afetivo e dos princípios éticos, morais, culturais e políticos que são pertinentes, a uma dada época da sociedade, promovendo tanto a socialização formal do educando, quanto a formação individual ou socialização informal do mesmo.

A instituição escola³ surgiu no Brasil, após a abolição da escravatura. Naquele período, segundo Alves e outros (2009), a igreja católica, na pessoa do sacerdote, tomou para si a responsabilidade de instruir os futuros monges e

² Antonio Carlos Gomes da Costa é um dos idealizadores do Estatuto da Criança e do Adolescente.

³ Em 1932, sob a égide do governo Vargas, Fernando de Azevedo escreveu o Manuscrito dos Pioneiros. O documento, que visava um sistema de educação, foi assinado por 26 signatários. Pereira (2011).

aqueles indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas (plebeus). A instrução ofertada à plebe não incluía ler e nem escrever. “A finalidade dessas escolas não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas campesinas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas” (PONCE, 1986, apud ALVES *et al.*, 2009).

No século XIX, surge a escola pública. Com ela, persistem as divisões sociais evidenciadas por dois tipos diferenciados de educação: um endereçado à classe nobre e outro dirigido à classe trabalhadora (GRAMSCI, 1995).

Para Beauclair (2006), a importância da escola reside na percepção, apreensão e transmissão da herança cultural da humanidade. Cabe à escola formar cidadãos aptos, conscientes, pensantes, preparados para agir, interagir e, quando necessário, modificar o contexto social no qual estão inseridos. Assim, apesar de todas as interfaces contemporâneas das escolas “novas” brasileiras, ainda pesa sobre as mesmas o estigma da ideologia dominante do poder do capital. De acordo com Pereira (2011), “[...], a educação, absolutamente, necessária à produção da vida e a do se fazer humano, é cada vez mais meio de produção regulada”.

A educação no palco escola está atrelada à concepção de vida de um povo. Para Azevedo (2004), “A educação deve ser compreendida como um instrumento de apoio às classes proletárias contra a opressora burguesa”. Nesse contexto, o Brasil ainda vivencia as ações de diferentes movimentos, debates, pareceres e Leis direcionadas à educação. O que evidencia uma multiplicidade de formas e valores desta.

Em 1882, Rui Barbosa introduziu no Brasil o ideário da Escola Nova (HAMZE). Movimento de renovação do ensino – escolanovismo - liderado pelo filósofo norte-americano John Dewey⁴ que teve maior ênfase na Europa, na América do Norte e no Brasil. Para Dewey e os demais intelectuais⁵ daquela época, as diferenças sociais do país somente seriam combatidas por meio de um sistema público de ensino livre, aberto, gratuito. Para eles, a educação

⁴ John Dewey (1859-1952), filósofo e pedagogo norte-americano, foi o grande nome do movimento da Escola Nova na América.

⁵ Dentre eles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Silva, Cecília Meireles, etc.

prescindia de uma escola que promovesse a (re)construção da aprendizagem por experiências de vida.

O Manifesto da Escola Nova, em 1932, deu ênfase ao movimento, cuja gênese reside no fato de que, somente creditando-se o devido valor à educação pode-se almejar uma sociedade justa e igualitária (ARAÚJO, 2007). Para tanto, cabe ao Estado, por meio da escola pública, ofertar uma educação igualitária e de qualidade; combater a evasão, o analfabetismo e o reduzido número de jovens qualificados profissionalmente, motivar e trazer de volta às escolas, os jovens dela evadidos, motivando-os para os estudos.

Para os jovens, o desencanto com a escola se deve à falta de capacidade para competir, nos estudos, com os filhos da classe economicamente superior e por se sentirem incapazes de desempenhar funções mais qualificadas. Segundo Pereira (2011), “A educação dos filhos das classes trabalhadoras sempre tem sido apoucada: pouca ciência, pouca arte, pouca filosofia”. Essa realidade fere gravemente o Art. 5º da Constituição de 1988, que reza: “a educação é um direito de todos”. Entendendo-se, como direito, uma educação igualitária e integral e não apoucada para uma maioria (BRASIL, 1988).

A educação brasileira vivencia um contexto fragmentado, em que poucos têm acesso à escola. Em trinta e duas cidades do nordeste brasileiro 25% dos jovens são analfabetos⁶. A evasão escolar é gritante, o país vive uma crise pela falta, no mercado de trabalho, de indivíduos habilitados e capazes de pensar, questionar e intervir na sua realidade, fazendo a máquina geradora do capital funcionar a seu favor. O que se vê é o imaginário tornando-se real, como no conto da carochinha, “*o feitiço virando contra o feiticeiro*”.

No quadro geral da educação brasileira, as escolas públicas oferecem um ensino deficitário, não direcionado ao mercado de trabalho⁷.

Nesse cenário, emerge a educação profissional integrada. Uma educação transformadora, em que ciência, cultura e trabalho se interagem, numa formação para o trabalho e para a vida. É uma oferta de ensino que

⁶ Jornal Diário de Pernambuco, mês de janeiro, 2012, folha n.A14.

⁷ Essa oferta é proporcionada pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica cujo ingresso depende de um processo seletivo que marca mais uma vez esses filhos da classe operária com a exclusão.

ressignifica a educação: reordenando o sentido/identidade assumindo, não só formar o jovem para o trabalho mas, para o exercício da cidadania respeitando o *singular* peculiar a cada indivíduo.

O papel sócioeducativo da escola é multifuncional. Corre o risco de não desempenhar bem suas funções, perdendo-se em um emaranhado de leis e pedagogias, que nada têm a ver com a pedra angular fundamental de todo o processo: o educando e sua bagagem cultural, política, econômica e social.

A perspectiva de futuro dos jovens brasileiros depende do ensino e dos valores que lhes são repassados, respeitando-se os seus direitos e peculiaridades individuais, sociais e econômicas. Possibilitando-lhes a evolução do saber libertador e transformador do seu modo de existência.

A escola ocupa um espaço importantíssimo no olhar para o futuro, no falar em esperança, no vislumbrar um ideal de vida, no crer na sua capacidade de interagir e de intervir, nas diversas esferas da vida. Nessa premissa, vê-se erigir uma escola ativa. Entretanto, a escola pública para alcançar seus objetivos, depende do apoio e dos recursos dos vários setores que compõem as políticas públicas de ensino. É imprescindível que o governo honre o compromisso de promover uma educação igualitária e de qualidade.

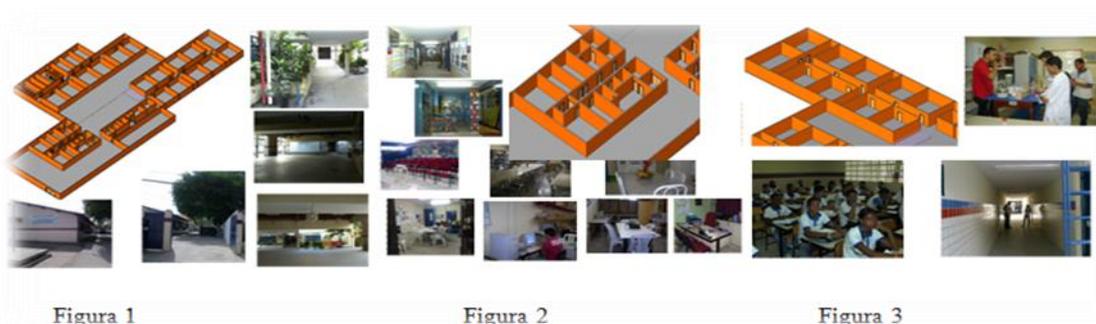
Cabe obrigatoriamente ao Estado- poder maior que se faz presente por meio das ações de políticas públicas - conjuntamente com a família, a sociedade e a escola, garantir a todos os cidadãos a igualdade de oportunidades para uma real justiça social e de realização dos seus direitos fundamentais conforme Art. 6º da Constituição Federal (BRASIL,1988).

A educação profissional integral aponta para uma aprendizagem que contempla os anseios, carências educacionais e que contribui para que os jovens tenham a perspectiva de um futuro melhor. Um ensino em que o trabalho, a globalização e as ideologias, ao mesmo tempo em que interagem entre si e unem ideários capitalistas, excluem, para a marginalidade, um grande número de indivíduos cuja educação não foi suficiente para promover sua inserção integral na sociedade contemporânea.

2.3 Perspectiva de futuro frente à Educação Profissional dos estudantes da Escola de Referência em Ensino Médio Professor Carlos Frederico do Rêgo Maciel

As mudanças no papel da escola e na relação aluno/professor, emergem como uma corrente contrária à repressão autoritária e castradora das ideologias dominantes. Apontam pedagogias que valorizam a maneira de pensar dos jovens, suas expectativas, aspirações, projetos de futuro, e se preocupam com a desmotivação, o abandono, a evasão e a falta de perspectiva diante do futuro. Objetivam, através da voz do educando, obter uma ideia/força capaz de nortear ações que, a partir da valorização das partes, atinja o todo permitindo resultados positivos no processo ensinoaprendizagem.

Com a proposição “ouvir os jovens”, foi realizada uma pesquisa na Escola de Referência em Ensino Médio Professor Carlos Frederico do Rêgo Maciel. Esta, fundada aos 30 de Abril de 1982, localizada na Rua Oscar André de Albuquerque, 118, Timbi - Camaragibe (PE), tem quatrocentos e vinte e três estudantes, dezessete professores, um Educador de Apoio e dois Técnicos Educacionais. Funciona em regime semi-integral e está sob a direção da Professora Valmira Maria de Amariz Coelho Cruz. Apresenta os seguintes ambientes: planta geral da escola, vista frontal e estacionamento (Figura 1); área interna, pátio, corredor, sala da direção, sala dos professores, biblioteca, auditório, sala de apoio pedagógico e copa (Figura 2); corredor de acesso às salas de aula e laboratórios (Figura 3).



A pesquisa abordou assuntos como: qualidade de vida, cultura, crenças, convívio social, expectativas de futuro e a inserção no mercado de trabalho. Foi uma abordagem dinâmica e desafiadora. Dinâmica porque evidencia o individual compondo o coletivo, e desafiadora, porque quebra paradigmas e desenvolve a empatia e a capacidade de ouvir o jovem, tendo-se como premissa que o conhecimento é gerado pelo interesse do educando em aprender e, portanto, depende das suas expectativas de futuro frente à educação que recebe.

O questionário, com perguntas abertas e fechadas e sem identificação pessoal, foi aplicado para cento e cinquenta e sete educandos, dos 1.ºs e 2.ºs anos, turmas A e B e A, B e D, respectivamente, revelando o seguinte:

A maioria dos entrevistados tem entre 15 e 19 anos; 35% são de cor parda; 91%, sempre estudaram na rede pública; 40,7% são evangélicos. Apenas 2 (dois) já têm uma profissão. Os pais são casados e destes, 63% têm o curso fundamental completo, 5,73% têm curso superior e 4,45% são analfabetos. Quanto à renda familiar, supera um salário mínimo (59,8%), porém, 7% dos entrevistados sobrevivem com menos que isso⁸.

Na parte pedagógica, 56,6% dos educandos avaliam as atividades extraclasse como poucas e boas; 89,8% ouviram falar em Educação Profissional; 71,9% têm alguém da família que já fez curso profissionalizante e 94,2% gostariam de ter feito, porém apenas 11,46% deles conseguiram fazê-lo.

Figura 4 - Parte Pedagógica da Pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

⁸ As informações sintetizadas nesse parágrafo fazem parte de um estudo maior e mais complexo que corresponde à monografia da primeira autora

Embora um percentual significativo dos entrevistados reconheça a importância da educação profissional, estes não trocariam o ensino do curso regular pelo ensino profissionalizante, conforme demonstrado na Figura 5.

Figura 5 - Questionamento sobre a troca do ensino regular pelo profissionalizante

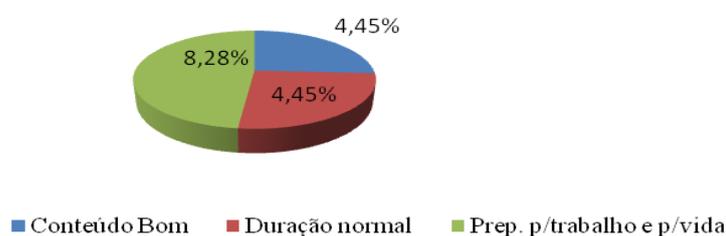


Fonte: Elaborado pelos autores.

Ambos foram as primeiras entidades a compor o “Sistema S”, criados, respectivamente, em 1942 e 1943. A menção aos órgãos deve-se ao fato de os mesmos terem um histórico positivo no que concerne a uma profissionalização introdutória ao mundo do trabalho.

Quanto às características do curso do qual participaram, 4,45% dos entrevistados declararam ser Bom/Ótimo o conteúdo do curso e normal a duração do mesmo e 8,28% acredita que o curso profissionalizante prepara para o trabalho e também para a vida.

Figura 6 - Características do curso

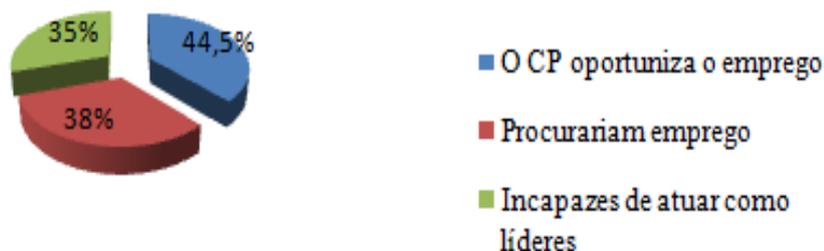


Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos entrevistados, 44,5% acreditam que um curso profissionalizante lhes dará maior oportunidade de emprego, 38% buscariam um emprego.

Porém, 35% acreditam não ser capazes de atuar como líderes de uma empresa.

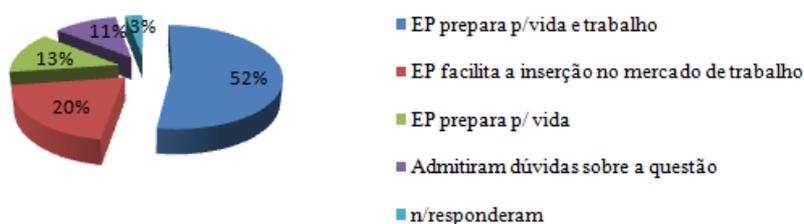
Figura 7 - Curso profissionalizante (CP) como oportunidade de emprego.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Todos os entrevistados creditam valor às parcerias com a indústria e comércio para estágio profissional. Quanto à importância da educação profissional para quem a recebe, 52% responderam que a Educação profissional prepara para a vida e para o Trabalho; 20% que facilita a inserção no mercado de trabalho; 13% acham que a educação profissional prepara apenas para a vida; e 11% admitiram dúvidas quanto à questão.

Figura 8 - Quem faz um curso profissionalizante está preparado para a vida ou para o trabalho.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, dentre os entrevistados, 42% têm a Escola Profissionalizante como aquela que prepara e qualifica para o mercado do trabalho, enquanto 16% creem ser aquela que qualifica para o mercado de trabalho.

Figura 9 - Função da Educação Profissional (EP).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Embora o universo da pesquisa revele jovens frutos de uma união matrimonial estável, sabe-se que a maioria dos adolescentes e jovens da rede estadual de ensino do país é oriunda de lares desfeitos - que têm como chefe de família a mulher - ou de famílias que sobrevivem à margem da pobreza.

Nesse sentido, é importante salientar que o universo entrevistado reflete uma parcela ínfima dos jovens educandos em geral, principalmente no que concerne à estrutura familiar, quantitativo de renda e, conseqüentemente, objetivo de vida.

Os dados obtidos mostram que os jovens valorizam a educação profissional e que sofrem a influência das tecnologias do mundo globalizado ao colocarem a informática como prioridade. Porém, embora considerem o conteúdo do curso profissionalizante de bom nível e preparatório, tanto para a vida quanto para o trabalho, os educandos revelam não estar preparados para liderar uma empresa.

Essa pesquisa permite constatar que esses jovens não têm uma perspectiva de futuro definida. Estão presos, submissos e condicionados aos preceitos de um legado histórico excludente, opressor e repressor.

Nesse sentido, os resultados ora demonstrados se constituem em um grande desafio para a equipe pedagógica da escola em pauta e serve de referencial para as demais escolas públicas.

Por fim, dada a importância que a juventude brasileira representa para o futuro do país, a educação profissional integrada é condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico do Brasil.

3 Tecendo Considerações

Vivenciamos um período de contraposições políticas, sociais, éticas, culturais, econômicas e educacionais. A mola propulsora de produção do capital traça caminhos cada vez mais ascendentes para os detentores do poder. O trabalho, a globalização e a ideologia mistificam conceitos e acepções e subestimam a inteligência da grande maioria da classe trabalhadora do país.

Enquanto isso, a juventude caminha a passos lentos, ou permanece estante. Sob o jugo dos problemas socioeconômicos do país, revela incertezas, desesperanças e descrédito quanto a sua capacidade como ser pensante e (re) construtor da própria história de vida.

O pensar no futuro para a juventude brasileira está atrelado à herança cultural da família. Esta não permite à grande maioria de filhos da classe trabalhadora idealizar uma projeção de vida diferente daquela a qual estão submetidos. Por essa razão, o que se vê é um grande contingente de jovens evadidos da escola pública e precocemente inseridos, sem nenhuma qualificação profissional, no mercado de trabalho.

Tais observações nos remetem a atual crise existente no país, o qual se ressentido pela crescente carência de mão de obra qualificada e especializada.

Assim se encontra a juventude brasileira. Jovens que, pela sua subsistência e de seus familiares, pela falta de oportunidade em conciliar estudo e trabalho, passam a congregar um segmento da sociedade submetido à força da ideologia hierárquica dominante. Jovens que, sem a oportunidade de adquirirem uma educação profissional que lhes permita a inserção integral no mundo do trabalho, realizam uma mão de obra precária e de baixo custo, gerando um ciclo vicioso que evidencia a segregação social, ética, cultural e econômica existente no país.

Assim, fica evidenciada a importância da educação profissional integrada para os jovens brasileiros. Trabalhar as perspectivas de futuro desses jovens, frente a essa forma de educação, é um grande desafio para todos que compõem as políticas públicas de ensino do país, e, dada à

importância que a juventude brasileira representa para o futuro do país, a educação profissional integrada é condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Por fim, os resultados ora obtidos permitem aos responsáveis pelas políticas públicas de ensino do país uma reflexão com vistas a melhorar as perspectivas de futuro dos jovens frente à educação profissional integrada. Ao mesmo tempo, ensejam a implementação de ações que trabalhem não somente a parte cognitiva do indivíduo, mas, também, *corpo/espírito/família*, nas dimensões humanística, econômica, política e social, possibilitando a esses jovens o desenvolvimento de uma formação integrada e libertadora do legado da ideologia capitalista dominante que movimenta e direciona a máquina do trabalho a qual oprime, esmaga e paralisa o “eu” pensante, dentro do desenfreado processo de globalização.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A.E.S.; LIMA, G.O.P.; CAVALCANTI JR., M.N. **Interfaces entre História, Trabalho e Educação**. São Paulo. Alínea, 2009.
- ARAÚJO, Odair José Moura de. **Escola, Participação e Cidadania**. 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/escola-participacao-e-cidadania/1188/>>. Acesso em: 05 dez. 2013.
- AZEVEDO, J.M.L. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BEAUCLAIR, João. **“Escola de Ontem, Escola de Hoje”**: dilemas e desafios da educação contemporânea. 2006. Disponível em: <<http://www.profjoaobeaclair.net/visualizar.php?id=244209>>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 ago. 2013.

ESTIL, C. **Importância da Família na Formação de Cidadãos**. Disponível em: <www.metodista.br/a-importancia-da-familia-na-formacao-de-cidadaos>. Acesso em: 19 nov. 2011.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1995.

HAMZE, Amelia. **Escola Nova e o Movimento de Renovação do Ensino**. Brasil Escola. Disponível em: <<http://educador.brasilescola.com/gestao-educacional/escola-nova.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

MOLD, Cristian Fetter. O Código Civil em Xequê: considerações sobre o projeto de “Estatuto das Famílias”. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1645, 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10803>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

PEREIRA, M.F.R. **Trabalho, Globalização e Ideologia**. Paraná, Curitiba. Instituto Federal Paraná, 2010.